

## Promoção e proteção dos direitos das crianças: Relatório anual da Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência contra as Crianças

### *Promotion and protection of children's rights: Annual report of the Special Representative of the Secretary-General on Violence against Children*

**Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos**  
**Maria Teresa Rossetti Massari**  
**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes**

**Resumo:** O ano de 2024 marca o décimo quinto aniversário da criação do Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra as Crianças. Esta é uma oportunidade para fazer um balanço dos esforços, abordar os fatores e manifestações da violência contra as crianças e para garantir sua proteção e bem-estar como uma dimensão fundamental para a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A violência contra as crianças atingiu níveis sem precedentes, causada por crises multifacetadas e articuladas. Faltando seis anos para cumprir a promessa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Representante Especial reforça que é possível acabar com a violência contra as crianças.

**Palavras-chave:** Violência; Maus-tratos infantis; Exposição à violência; Desenvolvimento sustentável; Direitos humanos.

**Abstract:** *The year 2024 marks the fifteenth anniversary of the creation of the Office of the Special Representative of the Secretary-General on Violence against Children. This is an opportunity to take stock of efforts, address the factors and manifestations of violence against children and to ensure their protection and well-being as a fundamental dimension for achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development. Violence against children has reached unprecedented levels, caused by multifaceted and interconnected crises. With six years left to fulfill the promise of the Sustainable Development Goals, the Special Representative reinforces that it is possible to end violence against children.*

**Key words:** *Violence; Child abuse; Exposure to violence; Sustainable development; Human rights.*

A resolução [62/141](#), a Assembleia Geral estabeleceu o mandato da Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência contra as Crianças. Desde 1 de julho de 2019 o cargo é ocupado pela pediatra Dra. Najat Maalla M'jid, do Marrocos. Seu papel na agência é atuar como defensora global e independente na prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra as crianças.



Durante a 79ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em julho de 2024, foi apresentado o relatório anual da Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra as Crianças. O documento aborda a promoção e proteção dos

direitos da infância, com foco na violência contra as crianças. As resoluções [76/147](#) e [78/187](#) reafirmaram o apoio da Assembleia ao trabalho da Representante Especial. A Conferência reconheceu os progressos alcançados e o papel do seu mandato na promoção de uma maior implementação das recomendações das Nações Unidas nas questões da violência contra as crianças e no apoio aos Estados-Membros na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Dra. Najat reuniu-se com representantes de 31 Estados-Membros que realizaram avaliações nacionais voluntárias em 2024, bem como com representantes das comissões e equipes regionais nos países. Essas reuniões tiveram como objetivo identificar práticas promissoras e também promover a participação das crianças. A seguir, são apresentados os principais pontos do documento.

Desde o relatório anterior à Assembleia Geral, de 2023, a Representante Especial visitou o Brasil, Costa Rica, Lesoto, Luxemburgo, Malta, Tailândia e Zâmbia, e acompanhou visitas ao Chade, Costa do Marfim, Espanha, Grécia, Indonésia, Jordânia, Letônia, Líbano, Lituânia, Marrocos, Omã, República Dominicana, Romênia e Senegal. Todas as visitas foram concluídas com a elaboração de roteiros para que os Estados-Membros tomassem medidas para fortalecer abordagens integradas para a prevenção da violência e garantir que os serviços prestados às crianças e seus cuidadores sejam conduzidos de forma eficaz.

Durante as visitas aos países, a Representante Especial constatou que os países que possuem um sistema de proteção das crianças integrado nos planos nacionais, com dotações orçamentárias claras, são aqueles que são mais suscetíveis a contribuir significativamente para a proteção de crianças da violência. Nesse contexto, o relatório afirma que mais Estados-Membros estão dando passos importantes para integrar os direitos e o bem-estar das crianças nos quadros nacionais do orçamento e das finanças públicas.

Dada a magnitude sem precedentes da violência contra a criança em todo o mundo, a Representante Especial concentrou o seu relatório na necessidade de garantir que os direitos de crianças em movimento continuassem a ser protegidos. Durante suas visitas aos países e em fóruns regionais e internacionais, incluindo o [Fórum Global de Refugiados 2023](#), a Representante Especial saudou os compromissos específicos empreendidos pelos Estados-Membros no que diz respeito a garantir a proteção das crianças em movimento e os seus direitos, por exemplo com medidas destinadas a acabar com a detenção de crianças imigrantes; garantir o acesso aos serviços e documentação; proteger as crianças da violência, da discriminação, exploração e tráfico; e garantir que, durante a procura de soluções duradouras, ouvir a opinião das crianças.

Destacou que é fundamental reforçar e ampliar a mobilização dos diferentes atores envolvidos (Estados-Membros; Parlamentos, instituições nacionais de Direitos Humanos e defensores da infância; sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais; setor privado; sociedade civil, organizações religiosas e líderes tradicionais; e as próprias crianças e jovens) em diferentes níveis (globais, regionais, nacionais e locais) para acelerar o progresso rumo à erradicação da violência contra crianças até 2030.

Algumas experiências exitosas destacadas pela Representante Especial incluem:

- **Zâmbia**, onde se priorizou uma abordagem transversal investindo na proteção social e aumentando o financiamento para programas sociais para transferência de renda, assistência social, empoderamento econômico das mulheres e dos agregados familiares vulneráveis, educação e programas de alimentação gratuita e escolar.

- No **Lesoto**, a Representante destacou a aprovação do plano nacional de prevenção e resposta à violência contra as crianças, apoiada por um compromisso com um plano nacional que visa reduzir a violência contra as crianças em 75% até 2028.
- Também ressaltou o plano nacional de uma agenda transversal para crianças e adolescentes do **Brasil**, elaborado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento em consulta com as principais partes interessadas.
- Na **Tailândia** foram promovidas alternativas à privação de liberdade para crianças em conflito com a lei e acabar com a apatridia.
- A Representante Especial também destacou as reformas constitucionais e legislativas empreendidas em **Luxemburgo**, a fim de garantir uma justiça adaptada às crianças, incluindo o desenvolvimento de uma abordagem multidisciplinar para crianças em conflito com a lei e vítimas de violência infantil.
- Na **Costa Rica**, o governo está focado numa abordagem preventiva, que inclui empoderamento comunitário e construção de uma cultura de paz para acabar com a violência armada e garantir a segurança pública, em particular através da criação de espaços adaptados a crianças e adolescentes.
- Em **Malta**, foram destacadas as medidas tomadas para garantir que as crianças participassem nos processos de tomada de decisão, por exemplo, com redução da idade de voto para 16 anos em eleições nacionais e locais.
- A Representante reforça a importância do acompanhamento sistemático das recomendações e apoio contínuo fornecido aos Estados. A este respeito, saudou a **Costa do Marfim** que definiu um pacote mínimo de serviços que garantem a proteção integral das crianças e parabenizou a implementação da primeira política de proteção nacional integrada juntamente com um plano de ação orientado para resultados no **Chade**.
- Também destacou a **República Dominicana** por ter lançado um quadro estratégico que reforça seus sistemas nacionais de proteção da criança e incorpora a proteção infantil no seu plano nacional de turismo.

Em todas as visitas aos países, o Representante Especial sublinhou a necessidade de prestar atenção específica às crianças que correm alto risco de sofrer violência.

### **Primeira Conferência Ministerial Mundial**

A [1ª Conferência Ministerial Mundial para Erradicar a Violência Contra a Criança](#), que será realizada em Bogotá, é um evento que visa reunir líderes globais para reforçar os compromissos com a erradicação da violência. A conferência deve abordar temas como o fortalecimento de sistemas de proteção, a promoção de investimentos em programas de prevenção e a necessidade de monitoramento e avaliação contínuos das políticas implementadas.

### **Avanços e Desafios**

O relatório reconhece que houve progressos significativos em algumas áreas, como o aumento da conscientização sobre a violência contra as crianças e a implementação de novas legislações e políticas de proteção. No entanto, também aponta que ainda há muitos desafios a serem superados, como a persistência de formas de violência invisíveis, a falta de recursos

adequados e a necessidade de uma coordenação mais eficaz entre os diferentes setores envolvidos na proteção infantil.

Um dos pontos fortes do relatório é a ênfase na necessidade de investimentos sustentáveis em programas de prevenção e resposta à violência contra as crianças. Estes investimentos não apenas protegem as crianças, mas também têm um alto retorno social e econômico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a construção de sociedades mais justas e seguras. O documento destaca ainda a importância de uma abordagem global e coordenada para combater a violência contra as crianças, enfatizando a necessidade de compromissos renovados e ações concretas por parte dos governos e organizações internacionais.

As recomendações do relatório abrangem uma série de diretrizes direcionadas a Estados-Membros, organizações regionais e outros atores internacionais, com o propósito de erradicar a violência contra crianças de maneira eficaz e sustentável. A seguir, são apresentadas as principais orientações destacadas no documento.

#### **1. Integração de Políticas e Estratégias de Prevenção**

- **Desenvolvimento de políticas nacionais:** os Estados-Membros são incentivados a integrar a prevenção da violência contra as crianças em suas políticas nacionais, com a criação de estratégias abrangentes e intersetoriais que envolvam setores como saúde, educação, justiça e assistência social.
- **Enfoque nas raízes da violência:** as políticas devem abordar as causas profundas da violência, como desigualdade social, discriminação e falta de acesso a serviços básicos, garantindo que as medidas de prevenção sejam sustentáveis a longo prazo.

#### **2. Fortalecimento dos Sistemas de Proteção Infantil**

- **Capacitação de profissionais:** o relatório sugere a necessidade de capacitar profissionais que trabalham diretamente com crianças (professores, profissionais de saúde, assistentes sociais) para identificar sinais de violência e responder de maneira adequada.
- **Melhoria dos serviços de proteção à criança:** recomenda-se a ampliação e melhoria dos serviços de proteção infantil, garantindo que sejam acessíveis, adequadamente financiados e capazes de oferecer apoio eficaz às crianças vítimas de violência.

#### **3. Promoção de Investimentos Sustentáveis**

- **Investimento em programas preventivos:** a Representante Especial enfatiza a importância de investir em programas preventivos de qualidade, que demonstram ser eficazes na redução da violência. Esses investimentos devem ser priorizados no orçamento dos governos.
- **Financiamento adequado e sustentável:** os governos são orientados a assegurar que os programas de combate à violência contra as crianças recebam financiamento adequado e contínuo, evitando cortes que possam comprometer a eficácia das ações.

#### **4. Engajamento de Crianças e Jovens**

- **Incluir crianças nas decisões:** é recomendado que crianças e jovens sejam incluídos nos processos de tomada de decisão sobre políticas e programas que afetam suas vidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.
- **Promoção da participação infantil:** os Estados-Membros são incentivados a criar e apoiar plataformas que permitam a participação ativa das crianças e jovens em discussões sobre violência, como o exemplo da [Plataforma da União Africana](#).

#### 5. Parcerias Regionais e Internacionais

- **Colaboração com organizações regionais:** as orientações sugerem que os Estados-Membros trabalhem em estreita colaboração com organizações regionais e sub-regionais para desenvolver e implementar diretrizes que abordem práticas nocivas, como o casamento infantil, e fortaleçam a proteção infantil.
- **Troca de Boas Práticas:** Recomenda-se que os países compartilhem boas práticas e aprendizados entre si, facilitando a adaptação de políticas bem-sucedidas em diferentes contextos culturais e sociais.

#### 6. Atenção a Crianças em Situações de Vulnerabilidade

- **Proteção de crianças migrantes e refugiadas:** orienta-se que os Estados-Membros implementem medidas específicas para proteger crianças migrantes e refugiadas, que estão especialmente vulneráveis à violência, exploração e abuso.
- **Resposta a emergências:** Em situações de crise, como desastres naturais ou conflitos armados, os governos devem garantir que as necessidades das crianças sejam priorizadas em suas respostas humanitárias.

#### 7. Monitoramento e Avaliação Contínuos

- **Estabelecimento de mecanismos de monitoramento:** é essencial que os Estados-Membros criem mecanismos eficazes para monitorar a implementação das políticas de prevenção da violência contra as crianças, avaliando continuamente seu impacto e fazendo os ajustes necessários.
- **Transparência e prestação de contas:** o relatório sugere que os governos mantenham transparência em suas ações, prestando contas regularmente sobre o progresso realizado na implementação das políticas e programas.

Para acessar outras informações e o site da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Violência contra as Crianças, [clique aqui](#).

#### Referências:

- Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children. 25/07/2024. United Nations, General Assembly, A/79/242. <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/221/80/pdf/n2422180.pdf>